

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2026



PREFEITURA DE
CAMPOS
VOCÊ SONHA, A GENTE FAZ!

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073/ 98175-0911, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, realizará **Dispensa de Licitação Eletrônica**, autorizada através do processo administrativo nº 2026.205.000048-P-PR, **RESTRITA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo **Termo de Dispensa Eletrônica recebeu o nº 005/2026**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2. A presente Dispensa de Licitação Eletrônica reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Municipal nº 8.768/2017, pelo Decreto Municipal nº 125/2023, pelo Decreto Municipal nº 173/2024 e demais normas que regem a matéria, bem como pelas disposições deste Termo e seus Anexos.

1.3. Integra este Termo de Dispensa Eletrônica, independente de transcrição:

1.3.1 - Anexo I - Termo de Referência.

1.3.2 - Anexo II - Minuta de Contrato.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta Dispensa de Licitação Eletrônica é a **contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de veículos, compreendendo troca de óleo e filtros, substituição de componentes do sistema de freios e troca de óleo hidráulico, com fornecimento de insumos e peças, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEDUCT**, conforme descrição, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo e seus anexos.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Dispensa qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto deste Termo, conforme art. 6º, I, do Decreto Municipal nº 173/2024, previamente credenciadas como fornecedores na plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.2. O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica, na íntegra, está disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (www.campos.rj.gov.br) e na plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.3. A abertura da disputa de preços dar-se-á às 8h (oito horas) do dia 12 de maio de 2026, com encerramento para negociação às 14h (quatorze horas) do mesmo dia para o julgamento da proposta mais vantajosa.

3.4. Os fornecedores que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno

porte e microempreendedor individual, deverão assinalar, **em campo próprio da Plataforma LICITANET**, a Declaração de ME/EPP, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura da sessão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do fornecedor exclusivamente por meio eletrônico.
- 4.2. Os fornecedores poderão cadastrar suas propostas até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio da plataforma LICITANET.
- 4.3. O prazo de validade da proposta será de 60 dias.
- 4.4. É facultado em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução da Dispensa de Licitação Eletrônica, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos fornecedores.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. As propostas cadastradas pelos fornecedores no LICITANET, de acordo com as especificações e exigências legais desta Dispensa, serão classificadas conforme o preço ofertado, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o **menor preço por lote**.

5.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5.2. Encerrado o procedimento de envio de lances, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

5.3. Definida a proposta vencedora, o Agente de Contratação deverá solicitar, por meio da plataforma eletrônica, o envio da proposta, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor, e, se necessário, de documentos complementares, a fim de proceder à contratação.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. conter vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Termo

ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

5.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Termo.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. O FORNECEDOR CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR DEVERÁ ENCAMINHAR, NO PRAZO DE NO MÁXIMO 02 (DUAS) HORAS, A CONTAR DA SOLICITAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação nesta Dispensa ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

6.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.2.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o Fornecedor inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.3.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.5. Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

6.4. REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.4.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

6.4.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor;

6.4.5. Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

6.4.7. Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da Fornecedor em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

6.4.8. Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

6.4.9. Os documentos relacionados no subitem 6.4 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Termo,

6.4.10. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e Cooperativas Equiparadas deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.4.10.1. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Agente de Contratação.

6.4.10.2. A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os Fornecedores remanescentes, na ordem de

classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.5.1. Um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou serviços, de maneira satisfatória, semelhantes ao objeto da presente Dispensa, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.1.1. Ocorrendo o descrito no subitem anterior, o Agente de Contratação procederá a nova negociação com o participante que se encontrar na sequência.

7.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração através da plataforma LICITANET.

7.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.4. As normas disciplinadoras deste Termo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.5. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

Campos dos Goytacazes, 14 de abril de 2026.

Rosemarie Pessanha Gomes Viana
Equipe de Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de veículos, compreendendo troca de óleo e filtros, substituição de componentes do sistema de freios e troca de óleo hidráulico, com fornecimento de insumos e peças, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SEDUCT, conforme condições e exigências deste instrumento.

LOTE ÚNICO Exclusivo e restrito (art. 6, inciso I, Decreto Municipal nº 173/24)					
ITEM	DESCRIPTIVO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de troca de óleo e filtro com fornecimento de material para veículos da frota, conforme especificações dos subitens abaixo.	Serviço	1	R\$ 16.639,00	R\$ 16.639,00
02	Serviço de substituição de componentes do sistema de freios com fornecimento de material, conforme especificações dos subitens abaixo.	Serviço	1	R\$ 24.867,00	R\$ 24.867,00
03	Serviço de troca de óleo hidráulico com fornecimento de material para vans e utilitários, conforme especificações dos subitens abaixo.	Serviço	1	R\$ 11.016,00	R\$ 11.016,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 52.522,00

1.2. Detalhamento dos itens

Detalhamento do ITEM 1							
SUBITEM	VEÍCULO	ANO	INSUMOS/PEÇAS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	FORD TRANSIT	2022/22	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO151	UNIDADE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1.2	FORD TRANSIT	2022/22	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO151	UNIDADE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1.3	FORD TRANSIT	2022/23	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO151	UNIDADE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1.4	FORD TRANSIT	2024/24	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO151	UNIDADE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1.5	FORD TRANSIT	2024/24	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO151	UNIDADE	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1.6	CAMINHÃO	2006	ÓLEO DE MOTOR 15W40	LITRO	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSD530/1.	UNIDADE	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1.7	CAMINHÃO	2010/11	ÓLEO DE MOTOR 15W40	LITRO	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSD530/1	UNIDADE	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1.8	CAMINHÃO	2006	ÓLEO DE MOTOR 15W40	LITRO	14	R\$ 80,00	R\$ 1.120,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSD530/1.	UNIDADE	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1.9	ÔNIBUS	2013/14	ÓLEO DE MOTOR 10W40	LITRO	16	R\$ 95,00	R\$ 1.520,00



			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR REFIL VW-15190	UNIDADE	1	R\$ 156,00	R\$ 156,00
1.10	ÔNIBUS	2019/20	ÓLEO DE MOTOR 10W40	LITRO	16	R\$ 95,00	R\$ 1.520,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR REFIL VW-15190	UNIDADE	1	R\$ 156,00	R\$ 156,00
1.11	IVECO ÔNIBUS	2013/14	ÓLEO DE MOTOR 15W40	LITRO	10	R\$ 119,00	R\$ 1.190,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSL655	UNIDADE	1	R\$ 169,00	R\$ 169,00
1.12	LOGAN	2019/20	ÓLEO DE MOTOR 10W40	LITRO	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO2000.	UNIDADE	1	R\$ 92,00	R\$ 92,00
1.13	LOGAN	2019/20	ÓLEO DE MOTOR 10W40	LITRO	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO2000.	UNIDADE	1	R\$ 92,00	R\$ 92,00
1.14	LOGAN	2019/20	ÓLEO DE MOTOR 10W40	LITRO	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR WO2000.	UNIDADE	1	R\$ 92,00	R\$ 92,00
1.15	ONIX	2016/17	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	4	R\$ 99,00	R\$ 396,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSP019	UNIDADE	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
1.16	FIAT CRONOS	2022/23	ÓLEO DE MOTOR 5W30	LITRO	4	R\$ 99,00	R\$ 396,00
			FILTRO DE ÓLEO DE MOTOR PSP019	UNIDADE	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00

Detalhamento do ITEM 2							
SUBITEM	VEÍCULO	ANO	INSUMOS/PEÇAS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	FORD TRANSIT	2019/20	PAR DE LONA DE FREIO DIANTEIRA	UNIDADE	1	R\$ 710,00	R\$ 710,00
			PAR DE LONA DE FREIO TRASEIRA	UNIDADE	1	R\$ 710,00	R\$ 710,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	2	R\$ 146,00	R\$ 292,00
2.2	FORD TRANSIT	2022/22	KIT DE 08 PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRA E TRASEIRA - COM SENSOR	KIT	1	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00
			CILINDRO DE FREIO COM HIDROVÁCUO	UNIDADE	1	R\$ 4.764,00	R\$ 4.764,00
2.3	FORD TRANSIT	2022/22	KIT DE 08 PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRA E TRASEIRA	UNIDADE	1	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00
2.4	FORD TRANSIT	2022/23	KIT 08 DE PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA E TRASEIRA	UNIDADE	1	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00
2.5	FORD TRANSIT	2024/24	KIT 08 DE PASTILHA DE FREIO DIANTEIRA E TRASEIRA - COM SENSOR,	UNIDADE	1	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00
2.6	ÔNIBUS	2013/14	KIT DE LONA DE FREIO	UNIDADE	2	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4.	LITRO	3	R\$ 146,00	R\$ 438,00
2.7	ÔNIBUS	2022/23	KIT DE LONA DE FREIO	UNIDADE	2	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4.	LITRO	3	R\$ 146,00	R\$ 438,00
2.8	ÔNIBUS	2013/14	KIT DE LONA DE FREIO	UNIDADE	1	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4.	LITRO	2	R\$ 146,00	R\$ 292,00
2.9	LOGAN	2019/20	KIT DE PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO.	UNIDADE	1	R\$ 1.180,00	R\$ 1.180,00
			JOGO DE LONA TRASEIRO	UNIDADE	1	R\$ 605,00	R\$ 605,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4.	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00
2.10	ONIX	2016/17	KIT DE PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO	UNIDADE	1	R\$ 1.092,00	R\$ 1.092,00
			JOGO DE LONA TRASEIRO	UNIDADE	1	R\$ 520,00	R\$ 520,00
			FLUIDO DE FREIO DOT 4.	LITRO	1	R\$ 146,00	R\$ 146,00

Detalhamento do ITEM 3							
SUBITEM	VEÍCULO	ANO	INSUMOS/PEÇAS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	IVECO VAN	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	12	R\$ 162,00	R\$ 1.944,00
3.2	IVECO VAN	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	12	R\$ 162,00	R\$ 1.944,00
3.3	IVECO VAN	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	12	R\$ 162,00	R\$ 1.944,00
3.4	IVECO VAN	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	12	R\$ 162,00	R\$ 1.944,00
3.5	IVECO VAN	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	12	R\$ 162,00	R\$ 1.944,00
3.6	FORD TRANSIT	2022/23	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	4	R\$ 162,00	R\$ 648,00
3.7	FORD TRANSIT	2024/24	ÓLEO HIDRÁULICO 0W30	LITRO	4	R\$ 162,00	R\$ 648,00

1.3. O valor da proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução do serviço, incluindo mão de obra, fornecimento de peças, insumos, equipamentos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

1.4. Os itens que integram o objeto deste Termo tratam-se de SERVIÇOS COMUNS, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021 c/c art. 2º, inciso II do Decreto Municipal nº 63/2023, qual seja, serviços “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

1.5. O prazo de vigência desta contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da sua publicação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O levantamento técnico realizado no âmbito da Gerência de Transporte identificou demandas específicas relacionadas à reposição de insumos e substituição de componentes essenciais da frota vinculada ao transporte escolar da rede municipal.

Foram constatadas necessidades de troca de óleos lubrificantes com especificações técnicas distintas conforme o tipo de veículo (5W30, 10W40, 15W40 e óleo hidráulico 0W30), bem como filtros de óleo correspondentes a cada modelo, abrangendo veículos como Ford Transit, Mercedes Caminhão, VW Ônibus, Iveco Ônibus, Renault Logan, GM Onix, Fiat e vans Iveco.

Além dos insumos de lubrificação, verificou-se a necessidade de substituição de componentes do sistema de freios, incluindo kits de pastilhas dianteiras e traseiras com sensor, lonas de freio, fluido de freio DOT 4, cilindro de freio e hidrovácuo, itens diretamente relacionados à segurança veicular. Constatam-se ainda demandas referentes ao sistema hidráulico de vans e utilitários, com indicação de reposição de óleo hidráulico conforme especificação técnica adequada.

As ocorrências registradas demonstram que parte da frota apresenta desgaste ou falhas já identificadas, exigindo intervenção corretiva para restabelecimento das condições adequadas de funcionamento. A não realização dessas substituições pode resultar em:

- indisponibilidade de veículos;
- comprometimento da segurança operacional;

- interrupção parcial de rotas escolares;
- aumento do risco de danos mecânicos mais severos.

Diante do quantitativo de veículos envolvidos e da diversidade de modelos e especificações técnicas, torna-se necessário assegurar a regularização dessas ocorrências corretivas, garantindo que a frota retorne às condições plenas de operação e continue atendendo às demandas do transporte escolar com segurança e confiabilidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de veículos, compreendendo troca de óleo e filtros, substituição de componentes do sistema de freios e troca de óleo hidráulico, com fornecimento de insumos e peças, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SEDUCT.

A prestação dos serviços abrangerá veículos leves, utilitários, vans, ônibus e caminhões integrantes da frota do transporte escolar, contemplando a substituição de óleos lubrificantes, filtros, componentes do sistema de freios, óleo hidráulico e demais itens correlatos, conforme especificações técnicas indicadas no levantamento.

A execução deverá ocorrer de forma integrada, compreendendo:

- fornecimento dos insumos e peças compatíveis com cada modelo de veículo;
- execução dos serviços corretivos necessários;
- realização de testes e verificação final de funcionamento.

A solução contempla atendimento conforme demanda previamente identificada, observando as especificações técnicas dos fabricantes e garantindo a recomposição das condições adequadas de segurança e funcionamento da frota, de modo a assegurar a continuidade do transporte escolar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1. Sustentabilidade:

A presente contratação deverá observar requisitos mínimos de sustentabilidade ambiental e de uso racional de recursos, compatíveis com a natureza dos itens envolvidos, especialmente no que se refere a óleos lubrificantes, fluidos automotivos e peças mecânicas.

Deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- destinação ambientalmente adequada de óleos lubrificantes usados, filtros contaminados e demais resíduos automotivos, nos termos da legislação ambiental vigente;
- observância às normas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos perigosos, quando couber;
- fornecimento de produtos que atendam às especificações técnicas e normas de qualidade, contribuindo para maior durabilidade e redução de descarte prematuro de componentes;
- adoção de práticas que minimizem desperdícios e garantam uso eficiente dos insumos aplicados na frota.

Tais medidas visam reduzir impactos ambientais, assegurar conformidade legal e promover maior eficiência no ciclo de vida dos componentes utilizados.

4.2. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto, em conformidade com o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a execução integral das obrigações assumidas.

4.3. Consórcio: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação é classificado como serviço comum, de baixa complexidade e sem vulto econômico que justifique tal modalidade, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada do TCU e do TCE/RJ.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. *Condições de Execução*

5.1.1. Os serviços de manutenção corretiva serão executados nas dependências da CONTRATADA, em estabelecimento adequado e equipado, durante o período de vigência contratual de 06 (seis) meses.

5.1.2. A execução dos serviços será precedida de emissão de Ordem de Serviço (OS), referente a cada veículo encaminhado.

5.1.3. A Ordem de Serviço será encaminhada ao e-mail cadastrado da CONTRATADA, sendo exigido o aceite expresso no prazo de até 01 (um) dia útil. Na ausência de manifestação nesse prazo, considerar-se-á automaticamente recebida, iniciando-se a contagem dos prazos a partir da data de envio do e-mail.

5.1.4. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio da OS, e concluí-los no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis por veículo.

5.1.5. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade da CONTRATANTE, não havendo obrigatoriedade de envio simultâneo de todos os veículos.

5.1.6. A CONTRATADA deverá garantir capacidade operacional para atendimento simultâneo de, no mínimo, **05 (cinco) veículos**, sem prejuízo dos prazos estabelecidos.

5.1.7. Após a execução, a CONTRATADA deverá realizar testes de funcionamento e apresentar relatório contendo os serviços executados e os materiais aplicados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 c/c Decreto Municipal nº 39/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. *Fiscalização*

6.6.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa.

6.6.2. Compete ao gestor e aos fiscais de contrato, conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pelo Município de Campos dos Goytacazes e demais legislações correlatas.

6.6.3. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.6.3.1. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

6.6.3.2. emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 01 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

6.6.3.3. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.6.3.4. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

6.6.3.5. manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

6.6.3.6. coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 19 do Decreto Municipal nº 39/2023;

6.6.3.7. estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

6.6.3.8. constituir relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do § 3º, do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

6.6.4. Cabe ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

6.6.4.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

- 6.6.4.2. anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.6.4.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.6.4.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.6.4.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- 6.6.4.6. fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 6.6.4.7. comunicar ao gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos do subitem 6.6.3.7, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação;
- 6.6.4.8. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e
- 6.6.4.9. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, quando for o caso, observando as regras expedidas pelo Município de Campos dos Goytacazes.
- 6.6.4.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal e o recebimento definitivo do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme regras a serem definidas em ato expedido pelo Município de Campos dos Goytacazes.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A medição dos serviços será realizada por veículo, conforme conclusão das intervenções autorizadas na Ordem de Serviço.
- 7.2. Concluído o serviço, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a finalização para fins de fiscalização.
 - 7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação de conclusão, mediante verificação:
 - 7.2.2. da conformidade com a Ordem de Serviço;
 - 7.2.3. da compatibilidade das peças e insumos aplicados;
 - 7.2.4. do adequado funcionamento do veículo.
- 7.3. O recebimento provisório será formalizado por meio do Checklist de Recebimento Provisório (Anexo I).
- 7.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, desde que sanadas eventuais pendências, mediante emissão do Checklist de Recebimento Definitivo (Anexo II).
- 7.5. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços ou materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos insumos empregados, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação formal

da CONTRATANTE, cabendo à fiscalização não atestar a medição correspondente até que sejam sanadas todas as pendências apontadas, nos termos dos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou com a proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade ou adequação técnica dos serviços realizados, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser promovida a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa.

7.8. Nenhum prazo de recebimento será considerado enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação apresentada.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela segurança e qualidade dos serviços executados, nem a responsabilidade técnica pela perfeita execução contratual.

7.10. Pagamento

7.10.1. A Nota Fiscal/Fatura somente poderá ser emitida após a conclusão dos serviços relativos à(s) Ordem(ns) de Serviço correspondente(s), devidamente atestados pelo fiscal da contratação, após o recebimento definitivo, não sendo admitida a emissão antecipada.

7.10.2. O pagamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

7.10.3. Para fins de pagamento, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.3.1. o prazo de validade;

7.10.3.2. a data da emissão;

7.10.3.3. os dados do órgão contratante;

7.10.3.4. o valor a pagar; e

7.10.3.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça o pagamento, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

I - a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.10.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Forma de pagamento

7.11.1. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

7.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.11.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA GARANTIA

8.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços executados e das peças e insumos fornecidos, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas, vícios ou defeitos decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

8.2. Os serviços realizados deverão possuir **garantia mínima de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo integralmente a mão de obra executada, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

8.3. As peças, componentes e insumos utilizados deverão ser novos, de primeira linha e possuir garantia conforme a oferecida pelo fabricante, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias.

8.4. Caso sejam constatados vícios, defeitos ou inadequações durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, os reparos ou substituições necessárias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da CONTRATANTE.

8.5. A garantia prevista neste item não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela segurança e qualidade dos serviços executados, nem afasta a aplicação das demais sanções previstas na legislação vigente.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

- 9.12.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.13.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo.
- 9.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.16.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, Lei nº 14133, de 2021);
- 9.17.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência e no Contrato;
- 10.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. A contratação será realizada mediante **DISPENSA ELETRÔNICA**, realizada através do sistema eletrônico, de acordo com o Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 125, de 27 de junho de 2023, e será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme condições deste Termo de Referência.

11.2. Qualificação técnica

11.2.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica ou certidão(s), expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, apresentado(s) em papel timbrado do emitente, que comprove ter a licitante prestado ou estar prestando de maneira satisfatória e a contento, serviços equivalentes ou semelhantes ao objeto licitado.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 52.522,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais)**, conforme apuração realizada por meio de pesquisa de preços constante nos autos.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte Categoria Econômica do Orçamento vigente:

Ficha: 234

Plano de Trabalho: 12.361.0059.2201.0000

Fonte: 040

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.99

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A CONTRATADA será responsabilizada caso cometa qualquer das infrações listadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 4 do Decreto Municipal nº 06/2025, bem como descumpra qualquer cláusula do instrumento convocatório, seja por culpa ou dolo, sendo-lhe aplicadas as seguintes sanções:

I. Advertência;

- II. Multa;
- III. Impedimento de Licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

Na aplicação das sanções, serão observados os critérios de adequação, proporcionalidade e dosimetria das penalidades aplicadas, previstos no §1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 5 do Decreto Municipal nº 06/2025.

15. DO FORO

15.1. O Foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes do contrato a ser pactuado deverá ser o da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

Campos dos Goytacazes, 30 de março de 2026.

Elisangela Nunes Manhães
Supervisor Administrativo de Transporte
Matrícula 43.194

Catia Maria de Oliveira de Mello
Subsecretária de Gestão Operacional
Matrícula 19.545

ANEXO I - CHECKLIST DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Veículo (Placa/Modelo): _____

Fiscal Responsável: _____

Itens de Verificação - Recebimento Provisório

Item	Critério de Avaliação	Verificação	Situação (✓/X)	Observações
1	Cumprimento do prazo de execução	Verificação da data de início e conclusão		
2	Serviços executados conforme Ordem de Serviço	Conferência com relatório apresentado		
3	Peças e insumos novos e compatíveis	Conferência visual/documental		
4	Substituição efetiva dos componentes indicados	Verificação técnica		
5	Teste de funcionamento do veículo	Teste operacional supervisionado		
6	Sistema de freios em perfeito funcionamento (quando aplicável)	Teste prático		
7	Ausência de ruídos, vazamentos ou falhas aparentes	Inspeção visual		
8	Apresentação de relatório detalhado dos serviços	Conferência documental		

Conclusão do Fiscal:

- ☐ Serviço recebido provisoriamente
- ☐ Serviço recebido com ressalvas (pendências indicadas acima)
- ☐ Serviço rejeitado

Pendências a sanar (se houver): _____

Data: xx/xx/2026

Assinatura do Fiscal: _____

ANEXO II - CHECKLIST DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Contrato nº: _____

Objeto: _____

Veículo (Placa/Modelo): _____

Fiscal Responsável: _____

Itens de Verificação - Recebimento Definitivo

Item	Critério de Avaliação	Verificação	Situação (✓/X)	Observações
1	Pendências do recebimento provisório sanadas	Conferência documental/técnica		
2	Funcionamento regular após período de teste	Teste operacional		
3	Conformidade final dos serviços executados	Verificação técnica		
4	Ausência de falhas decorrentes da intervenção realizada	Inspeção visual e funcional		
5	Documentação completa apresentada	Conferência documental		

Conclusão da Fiscalização:

- ☐ Serviços aceitos definitivamente
- ☐ Serviços aceitos com ressalvas
- ☐ Serviços não recebidos

Assinatura do Fiscal: _____

Ratificação do Gestor do Contrato: _____

Data: xx/xx/2026

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
____ E A
EMPRESA _____.

A _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Ilustríssimo Senhor _____, Secretário da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 005/2026**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 125, de 27 de junho de 2023, e de acordo com o que consta do Processo n.º **2026.205.000048-P-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a **contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de veículos, compreendendo troca de óleo e filtros, substituição de componentes do sistema de freios e troca de óleo hidráulico, com fornecimento de insumos e peças, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEDUCT**, conforme descrito no Anexo I do Termo de Dispensa Eletrônica, em especial, na Nota de Empenho n.º ____/202_.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e

comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no Processo nº 2026.205.000048-P-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Dispensa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda à CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.

VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho nº _____, pela Natureza de Despesa n.º _____, Fonte de Recurso n.º _____, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

Não será admitido reajuste contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

IV) Multa:

- a) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- c) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO QUINTO: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, e se ainda não for suficiente, será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos nos arts. 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de **06 (seis) meses**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será divulgado no PNCP, conforme o disposto no art. 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 005/2026**, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcritos fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º **2026.205.000048-P-PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2026.

Contratante: _____
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Contratada: _____

Testemunhas: _____

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 005/2026
RESTRITA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME, EPP E COOPERATIVA
EQUIPARADA, SEDIADAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, “*in fine*”, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos Decretos Municipais n.º 125/2023 e n.º 173/2024, no uso de suas atribuições, torna público e comunica aos interessados que fará realizar a **Dispensa de Licitação Eletrônica n.º 005/2026**, restrita para a participação de microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa equiparada, sediadas em Campos dos Goytacazes, conforme discriminado abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de veículos, compreendendo troca de óleo e filtros, substituição de componentes do sistema de freios e troca de óleo hidráulico, com fornecimento de insumos e peças, destinados à frota da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEDUCT.

Início da Sessão: às 8h do dia 12 de maio de 2026.

Local: www.licitanet.com.br.

O Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica, na íntegra, está disponível para download no site supramencionado, bem como através do site oficial da PMCG, a saber, <http://licitacao.campos.rj.gov.br>.

Campos dos Goytacazes, 7 de maio de 2026.

Guilherme de Lourdes Rodrigues
Agente de Contratação